

A pedra angular da liberdade

Octávio Thyrso de Andrade

Não há dúvida que a esquerda tem atuado habilmente na Constituinte. Nas horas decisivas une-se e avança, arrastando consigo a miúçalha populista. Houve momentos em que foi batida. Mas as derrotas momentâneas a têm estimulado a reagrupar forças e reiniciar a luta interrompida.

A votação em primeiro turno não permitiu inserir no texto constitucional a desapropriação das propriedades agrícolas produtivas. Neste segundo turno os "kmer vermelhos" de Brasília voltam a propugnar o retorno da revolucionária medida à Constituição.

Não é surpreendente a atitude. O socialismo é inimigo da propriedade por não poder conviver com a liberdade. A propriedade é o freio à exacerbação do poder coletivo, o sustentáculo da sociedade civil autônoma.

Na atual ofensiva para a conquista do poder alguns corifeus marxistas proclamam-se arautos de uma revolução "apenas burguesa". Mentem! O que querem — e querem já — é o socialismo totalitário. Tanto isso é verdade que não cessam nunca, ostensiva ou perfidamente, de combater a propriedade privada, em geral, e de arremeter contra as mais produtivas, em particular.

No século XVIII os filósofos da "Idade das Luzes" fizeram do direito de propriedade a pedra angular da sociedade erigida sobre a liberdade. Nos textos dos precursores da ascensão da burguesia são numerosas e constantes as referências à propriedade "inviolável e sagrada". Leia-se isto: "As verdades necessárias ao comum dos homens não são complicadas em si mesmas. Os filósofos estão certos ao procurarem ser profundos... O povo, porém, pode conhecer a verdade sem aprofundá-la. É necessário ao homem muito refletir para compreender que não tem o direito de fazer mal a outro, que a propriedade de cada indivíduo deve ser inviolável, para conveniência de todos?" (Condorcet. "Dissertation philosophique et politique". Citado em "La memoire et le sacré". Pierre Chaunu. Pág. 155). Ainda mais longe vai Condorcet em texto de introdução às obras completas de Voltaire (1789). Ao afirmar que a propriedade largamente disseminada tem que ser desigual para ter efeito estimulante e constituir-se em motivação de crescimento, Condorcet fala como um autêntico moderno. "Toda grande sociedade é fundada sobre o direito de propriedade. Não pode ela florescer senão quando os indivíduos que a compõem têm interesse em multiplicar a produção da terra e o de suas profissões. Ou seja: quando podem livremente ter o gozo do que adquiriram por iniciativa própria. No caso dos homens serem limitados simplesmente à produção do necessário, expõem-se até a não tê-lo. Aliás, a espécie humana tende naturalmente a multiplicar-se, pois é sabido que, onde a produção não aumenta, a população fica impedida de crescer. Impõe-se, por conseguinte, que os homens possam ter a propriedade de mais do que lhes é necessário e que essa pro-

priedade seja respeitada para que a sociedade floresça. Assim, a desigualdade das fortunas e, conseqüentemente, do luxo, é útil." (Condorcet. "Oeuvres". Pág. 233. Chaunu. Op. cit.). A alegação de que a revolução promovida pela esquerda na Assembléia Constituinte é "apenas burguesa" não resiste ao confronto com os textos dos clássicos do movimento de 1789. Na concepção de Condorcet — como acabamos de ver — deve existir não só a propriedade estática, protetora da dignidade do ser, como também a propriedade assimétrica, desigual, condição propulsora do crescimento, a qual, propiciando até o luxo, o supérfluo concorre para aumentar a segurança contra a escassez. A propósito Pierre Chaunu comenta: "Toda a sociedade que não admite uma forma de desigualdade destrói a liberdade, expõe-se às piores disparidades e instala a massa do corpo social na penúria" ("La memoire et le sacré". Ed. Pluriel. Pág. 156). O cenário descrito pelo ensaísta francês não é o que presenciamos sob Lenine, Stalin. Mao e Pol-Pot estamos a ver nas ex-colônias africanas e por toda a parte; enfim, onde os marxistas igualitários assaltaram o poder? A "revolução burguesa" ofertada ao Brasil pelo PT e demais agremiações marxistas é da mesma natureza. A circunstância de prestarem-se a colaborar com os socialistas os setores expressivos do "capitalismo cartorial", isto é, os herdeiros, em linha direta, dos monopólios e cartéis do tempo da colônia, arranca a máscara "progressista" dos esquerdistas, os quais não se pejam de pactuar, inclusive, com "industriais" abertamente nostálgicos dos tempos anteriores à abertura dos portos pelo sr. Dom João VI.

O ataque à propriedade privada, em geral, e à propriedade produtiva, em particular, é parte do programa socialista "destrucionista". (A qualificação é de Von Miseg.) Os liberais afirmam que a acumulação de capital é a única forma de aumentar os bens consumidos pela coletividade sem diminuir a produção futura, o único meio de tornar maior a capacidade de consumo do proletariado, sem prejudicar vindouras gerações. Os socialistas têm postura diametralmente oposta. Querem o imediato esbanjamento do escasso capital existente, para subirem logo ao poder e liquidarem as possibilidades de progresso do Brasil com liberdade.

Ao se tornarem vitoriosos na Constituinte, como parece provável, a esquerda, os populistas e os políticos "fisiológicos" elevarão a dimensões subversivas o já insuportável déficit orçamentário do Estado, causa principal da inflação e da incessante alta de preços que aflige o povo. Tal só não acontecerá se o Brasil vier a dar o dito por não dito no texto da "Constituição-cidadã" (sic) do dr. Ulysses...

Octávio Thyrso de Andrade é jornalista